

1.000

QUESTÕES PARA O

PC-PI

**PERITO CRIMINAL -
CONHECIMENTOS GERAIS E COMUNS**

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	11
→ ACENTUAÇÃO.....	12
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	13
→ ARTIGO	15
→ SUBSTANTIVO	16
→ ADJETIVO	17
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	19
→ ADVÉRBIO	20
→ PREPOSIÇÃO.....	22
→ CONJUNÇÃO.....	24
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS	26
→ HOMÔNIMOS E PARÔNIMOS	27
→ POLISSEMIA	29
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	30
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	36
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	40
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC)	43
→ VARIAÇÕES DA LINGUAGEM: NÃO VERBAL, REGIONAL, HISTÓRICA, CONTEXTUAL. NEOLOGISMOS E ESTRANGEIRISMOS	45
→ FIGURAS DE LINGUAGEM	47
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	49
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	59
→ GABARITO 	64
 RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO	 69
→ ESTATÍSTICA - PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA.....	69
→ PROBABILIDADE CONDICIONAL	70
→ PROBABILIDADE DA INTERSECÇÃO	71
→ PROBABILIDADE DA UNIÃO	72

→ EVENTOS INDEPENDENTES E EVENTOS MUTUAMENTE EXCLUDENTES	73
→ PROBABILIDADE DO EVENTO COMPLEMENTAR	74
→ MATEMÁTICA - PORCENTAGEM	75
→ INTERPRETAÇÃO DE GRÁFICOS E TABELAS.....	78
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO, ETC)	79
→ QUADRILÁTEROS (PROPRIEDADES, ÁREA, PERÍMETRO, SOMA DOS ÂNGULOS, ETC).....	81
→ JUROS SIMPLES	83
→ RACIOCÍNIO LÓGICO - TABELA VERDADE DAS PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	84
→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS).....	85
→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE	86
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES	87
→ GABARITO 	88

INFORMÁTICA 91

→ DIREITO DIGITAL - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º AO 6º DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	91
→ DOS REQUISITOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ARTS. 7º AO 10 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	92
→ DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS (ARTS. 11 AO 13 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	93
→ INFORMÁTICA - PROCESSADOR (CPU) E ARQUITETURA DE COMPUTADOR	94
→ MEMÓRIAS (RAM, ROM, CACHE, HD ETC.).....	94
→ PERIFÉRICOS (DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA).....	95
→ WINDOWS 11.....	96
→ WORD 2019.....	98
→ EXCEL 2019.....	100
→ POWERPOINT 2019	102
→ CONCEITOS, MODELOS, TIPOS E TOPOLOGIAS DE REDES.....	104
→ RECURSOS, CAMPOS, ENDEREÇAMENTO (CORREIO ELETRÔNICO).....	104
→ CONCEITOS E PRINCÍPIOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	105
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.).....	106
→ FIREWALL E PROXY	107
→ ANTIVÍRUS E ANTISPYWARE	107
→ PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (SENHAS, AUTENTICAÇÃO ETC.).....	108
→ CRIPTOGRAFIA, ASSINATURA E CERTIFICADO DIGITAL	109
→ TI - DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - CONCEITOS INICIAIS E GERAIS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	110
→ GABARITO 	111

CONHECIMENTOS SOBRE O ESTADO DO PIAUÍ 113

→ GEOGRAFIA - GEOGRAFIA DO PIAUÍ	113
→ HISTÓRIA DO PIAUÍ	119
→ GABARITO 	122

NOÇÕES DE DIREITO.....123

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	123
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS.....	124
→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	125
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	125
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	125
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO).....	126
→ PODER REGULAMENTAR.....	126
→ PODER HIERÁRQUICO	127
→ PODER DISCIPLINAR	128
→ PODER DE POLÍCIA.....	128
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO).....	129
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	129
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	129
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	130
→ AGÊNCIAS REGULADORAS E EXECUTIVAS	130
→ CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS	131
→ FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS.....	132
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	132
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021).....	133
→ FASES DA LICITAÇÃO - JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI Nº 14.133/2021)	134
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021).....	134
→ DIREITO CONSTITUCIONAL - DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988)	136
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	136
→ HABEAS CORPUS	138
→ MANDADO DE SEGURANÇA.....	138
→ HABEAS DATA.....	138
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988)	138
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988).....	139
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)	139
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS.....	140
→ PERDA DA NACIONALIDADE	140
→ EXTRADIÇÃO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E BANIMENTO (DA NACIONALIDADE)	141
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	141
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	141
→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	142
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988).....	142

→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988).....	143
→ ESTADOS FEDERADOS - ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF/1988).....	143
→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988).....	144
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CF/1988).....	144
→ CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ.....	145
→ DIREITO DIGITAL - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 6º DA LEI Nº 12.965/2014).....	145
→ DOS DIREITOS E GARANTIAS DOS USUÁRIOS (ARTS. 7º A 8º DA LEI Nº 12.965/2014).....	146
→ DA NEUTRALIDADE DE REDE (ART. 9º DA LEI Nº 12.965/2014).....	147
→ PROTEÇÃO DE REGISTROS, DADOS PESSOAIS E COMUNICAÇÕES PRIVADAS (ARTS. 10 A 17 DA LEI Nº 12.965/2014).....	147
→ RESPONSABILIDADE POR DANOS DE. DE CONTEÚDO GERADO POR TERCEIROS (ARTS. 18 A 21 DA LEI Nº 12.965/2014).....	148
→ DIREITO PENAL - PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E ANTERIORIDADE PENAL E DEMAIS PRINCÍPIOS DECORRENTES (ART. 1º DO CP).....	149
→ CONFLITOS DE LEIS PENAIS NO TEMPO (ARTS. 1º E 2º DO CP).....	150
→ TEMPO DO CRIME (ART. 4º DO CP).....	150
→ LUGAR DO CRIME (ART. 6 DO CP).....	150
→ ELEMENTOS DO FATO TÍPICO.....	150
→ AÇÃO E OMISSÃO (ART. 13, § 2º, DO CP).....	151
→ DOLO, CULPA E PRETERDOLO (ARTS. 18 E 19 DO CP).....	151
→ ERRO DE TIPO (ART. 20 DO CP).....	152
→ TIPICIDADE E RESULTADO.....	152
→ CONCURSO DE PESSOAS (ARTS. 29 A 31 DO CP).....	152
→ PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE: ESPÉCIES, REGIMES E PROGRESSÃO (ARTS. 32 A 42 E 53 DO CP).....	153
→ DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS (ARTS. 43 A 48 E 54 A 57 DO CP).....	153
→ HOMICÍDIO (ART. 121 DO CP).....	154
→ DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA (ARTS. 168 A 170 DO CP).....	154
→ DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL E DA EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE SEXUAL (ARTS. 213 A 216-B DO CP).....	155
→ FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 299 DO CP).....	155
→ FUNCIONÁRIO PÚBLICO PARA FINS PENAIS (ART. 327 DO CP).....	156
→ PECULATO (ART. 312 DO CP).....	156
→ CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317 DO CP).....	156
→ PREVARICAÇÃO (ARTS. 319 E 319-A DO CP).....	157
→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 DO CPP).....	157
→ TEORIA GERAL DA PROVA PENAL (ARTS. 155 A 157 DO CPP).....	158
→ DO EXAME DE CORPO DE DELITO, DA CADEIA DE CUSTÓDIA E DAS PERÍCIAS EM GERAL (ARTS. 158 A 184 DO CPP).....	158
→ DO INTERROGATÓRIO DO ACUSADO (ARTS. 185 A 196 DO CPP).....	158
→ DA CONFISSÃO (ARTS. 197 A 200 DO CPP).....	159
→ DAS TESTEMUNHAS (ARTS. 202 A 225 DO CPP).....	159
→ DA BUSCA E APREENSÃO (ARTS. 240 A 250 DO CPP).....	159

→ DIREITOS HUMANOS - CONCEITOS, HISTÓRICO E GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS.....	159
→ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH)	160
→ DEVERES DOS ESTADOS E DIREITOS PROTEGIDOS (ARTS. 1º A 32 DA CIDH-OAS).....	162
→ MEIOS DE PROTEÇÃO (ARTS. 33 A 73 DA CIDH-OAS).....	163
→ DIREITOS DE ORIENTAÇÃO SEXUAL.....	164
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - DO CONDENADO E DO INTERNADO (ARTS. 5º A 60 DA LEI Nº 7.210/1984)	164
→ DOS ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL (ART. 61 A 81-B DA LEI Nº 7.210/1984).....	165
→ DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE (ARTS. 105 A 170 DA LEI Nº 7.210/1984).....	166
→ LEI Nº 7.960/1989 - PRISÃO TEMPORÁRIA	166
→ LEI Nº 8.069/1990 - (DOS CRIMES - ECA, ARTS. 225 AO 244-B)	167
→ LEI Nº 8.072/1990 - CRIMES HEDIONDOS.....	168
→ LEI Nº 9.296/1996 - INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA.....	168
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 9.605/1998)	168
→ DA APLICAÇÃO DA PENA (ARTS. 6º A 24 DA LEI Nº 9.605/1998)	169
→ DOS CRIMES CONTRA A FAUNA (ARTS. 29 A 37 DA LEI Nº 9.605/1998)	170
→ DOS CRIMES CONTRA A FLORA (ARTS. 38 A 53 DA LEI Nº 9.605/1998).....	170
→ DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (ARTS. 5º A 7º DA LEI Nº 11.340/2006).....	170
→ LEI Nº 12.850/2013 - CRIME ORGANIZADO (ANTIGA LEI Nº 9.034/1995)	171
→ LEI Nº 13.869/2019 - LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE (ANTIGA LEI Nº 4.898/1965).....	172
→ GABARITO 	172

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA CIVIL..... 175

→ SEGURANÇA PÚBLICA E LEGISLAÇÃO POLICIAL - LEI Nº 14.735/2023 - LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS CIVIS	175
→ LEGISLAÇÃO DAS POLÍCIAS CIVIL E CIENTÍFICA DO PIAUÍ (LEI COMPLEMENTAR Nº 37/2004)	175
→ GABARITO 	176

NOÇÕES DE DIREITO

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS

1. (FGV – 2025) Os princípios orçamentários, fundamentais para o sistema jurídico, orientam a interpretação das normas e fortalecem a instituição orçamentária para auxiliar o controle parlamentar sobre o governo.

A esse respeito, acerca desses princípios, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A Administração Pública só pode agir dentro dos limites estabelecidos pela lei.
- II. Os atos administrativos devem ser realizados com transparência, garantindo o acesso público às informações.
- III. A atuação dos agentes públicos deve visar ao interesse coletivo, sem o favorecimento de indivíduos ou grupos específicos.
- IV. Os agentes públicos devem agir com ética, probidade e lealdade em relação ao interesse público.

Essas afirmativas referem-se, respectivamente, aos seguintes princípios:

- a) legalidade / impessoalidade / eficiência / publicidade.
- b) impessoalidade / eficiência / publicidade / moralidade.
- c) legalidade / publicidade / impessoalidade / moralidade.
- d) publicidade / legalidade / impessoalidade / moralidade.
- e) legalidade / publicidade / impessoalidade / eficiência.

2. (FGV – 2025) A Administração Pública, guiada por princípios constitucionais, busca uma gestão ética, transparente e eficaz, voltada ao interesse da sociedade.

Assinale a opção que apresenta corretamente o princípio que é requisito de eficácia dos atos administrativos.

- a) Eficiência.
- b) Legalidade.
- c) Moralidade.
- d) Publicidade.
- e) Impessoalidade.

3. (FGV – 2025) Os Oficiais de Justiça devem atuar com base nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, garantindo a lisura e a eficácia dos atos processuais.

Assinale a opção que apresenta corretamente o princípio que exige que o agente público atue com o melhor desempenho possível e que a Administração Pública seja organizada de forma a alcançar os melhores resultados na prestação dos serviços públicos.

- a) Legalidade.
- b) Impessoalidade.
- c) Moralidade.
- d) Publicidade.
- e) Eficiência.

4. (FGV – 2024) João, policial militar, foi convocado para fazer o policiamento ostensivo durante a inauguração de uma obra realizada no Município Alfa, com a presença do prefeito da cidade e do governador do estado. Ao se apresentar para o serviço, o agente da lei percebe que não há, no local, qualquer promoção pessoal dos políticos presentes no evento. Na verdade, todas as informações atinentes à obra têm caráter educativo e informativo.

Considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, se está diante de uma manifestação do princípio da:

- a) proporcionalidade;
- b) impessoalidade;
- c) continuidade;
- d) juridicidade;
- e) legalidade.

5. (FGV – 2024) Leia atentamente o trecho de texto a seguir, que se refere a um dos princípios do Direito Administrativo:

“a conduta da Administração Pública deve ser pautada no interesse da coletividade, isto é, não deve visar a quem beneficiar ou prejudicar, uma vez que todos devem ser olhados de forma igual, não sendo possível deste modo qualquer tipo de discriminação”

Este princípio é o de

- a) publicidade.
- b) moralidade.
- c) impessoalidade.
- d) motivação.
- e) Razoabilidade.

6. (FGV – 2024) A supervisão do almoxarifado de uma organização pública vem controlando os níveis de estoque visando à redução do volume de compras, com o objetivo de evitar aumento nas quantidades pedidas e maior necessidade de recursos financeiros. Ou seja, considera-se que há melhor uso dos recursos de custeio ao se trabalhar com lotes pequenos, que geram redução do nível de estoque, apesar do acréscimo no número de pedidos e da redução no intervalo entre dois pedidos.

Essa nova forma de gestão do setor pauta-se, principalmente, na garantia do princípio da Administração Pública da:

- a) competitividade;
- b) eficiência;
- c) especialidade;
- d) isonomia;
- e) publicidade.

7. (FGV – 2024) Os Princípios Básicos da Administração Pública orientam as ações do setor público, assegurando transparência, ética e excelência na prestação de serviços à sociedade.

Quanto à atuação da Administração Pública e às interações com particulares, de acordo com o princípio da legalidade, assinale a afirmativa correta.

- a) A Constituição Federal brasileira não menciona a necessidade de lei para a atuação da Administração Pública.
- b) No âmbito das relações entre particulares, a autonomia da vontade permite a realização de qualquer ato que não seja proibido pela lei.
- c) O princípio da legalidade se aplica apenas à esfera privada, enquanto a autonomia da vontade é exclusiva da Administração Pública.
- d) A Administração Pública atua de forma autônoma, podendo estabelecer limitações aos direitos dos particulares sem necessidade de amparo legal.
- e) A Administração Pública pode conceder direitos e criar obrigações por meio de atos administrativos, independentemente de previsão legal.

8. (FGV – 2023) Os princípios que regem a atividade administrativa no setor público estão previstos de forma explícita ou implícita na Constituição Federal de 1988.

Assinale a opção que indica o princípio que impede um servidor de usar seu cargo para lesar um desafeto, desobedecendo os fins coletivos.

- a) da Continuidade.
- b) da Publicidade.
- c) da Impessoalidade.
- d) da Eficiência.
- e) do Contraditório.

→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS

9. (FGV – 2024) Maria e Julia estavam estudando juntas para concurso público e começaram a debater o significado, extensão e limites do princípio da autotutela no direito administrativo. Ambas concluíram corretamente que, em razão de tal princípio, a Administração

- a) tem o poder-dever de convalidar os atos eivados de desvio de finalidade.
- b) não tem prazo para invalidar os atos viciados, ainda que beneficiem terceiros de boa-fé.
- c) tem a prerrogativa de impor a vontade administrativa, independentemente de decisão judicial.
- d) deve revogar os atos que possuam vícios insanáveis, respeitados os direitos adquiridos.
- e) há de respeitar o devido processo legal para anular atos que repercutam na esfera jurídica de terceiros.

10. (FGV – 2024) Antes de tomar uma decisão em um processo administrativo em curso que versa sobre matéria complexa e de interesse geral, o órgão público competente no âmbito da Administração Pública do Estado Alfa, mediante despacho motivado, abriu período de consulta pública para a manifestação de terceiros.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que se está diante de uma manifestação do princípio da

- a) impessoalidade.
- b) boa-fé objetiva.
- c) continuidade.
- d) participação.
- e) moralidade.

11. (FGV – 2024) O Prefeito do Município Alfa, após ouvir a opinião técnica do secretário de saúde da municipalidade, decidiu revogar um ato administrativo válido, mas que, por razões políticas, tornou-se inconveniente e inoportuno, sem qualquer prejuízo aos efeitos até então produzidos.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que se está diante de uma manifestação do princípio da

- a) consensualidade.
- b) impessoalidade.
- c) continuidade.
- d) moralidade.
- e) autotutela.

12. (FGV – 2024) Entre as características do regime jurídico administrativo, o princípio da supremacia do interesse público tem espaço de relevo e suscita alguns questionamentos, notadamente no âmbito do direito administrativo moderno.

É correto afirmar que se trata de

- a) princípio absoluto da Administração Pública, expressamente consagrado na Constituição, de modo que deve sempre prevalecer no âmbito da ponderação de interesses.
- b) princípio que não pode mais ser admitido, por não estar expresso na Constituição, considerando que o consensualismo passou a ser o eixo do direito administrativo, razão pela qual não mais se admite as cláusulas exorbitantes no âmbito dos contratos administrativos.
- c) princípio que é inexorável à atuação administrativa, expresso na Constituição, que juntamente com o princípio da indisponibilidade do interesse público, importam na vedação de que a Administração Pública formalize instrumentos consensuais com particulares.
- d) princípio que não é expressamente consagrado na Constituição, devendo ser ponderado com os demais princípios do ordenamento jurídico nas situações de conflito, considerando, inclusive, que, no mais das vezes, a efetivação de direitos fundamentais promove a materialização do interesse público.
- e) princípio expresso na Constituição, que deve ser invocado para fazer prevalecer a vontade dos gestores públicos, que tem ampla discricionariedade no exercício de suas atividades, a qual encontra limites apenas na vinculação à lei.

13. (FGV – 2024) No âmbito dos processos administrativos, há um princípio que costuma ser apontado como aquele que os distingue dos processos judiciais, na medida em que compreende o poder - dever de instaurar, conferir andamento e rever a decisão administrativa, independentemente de provocação do interessado.

A passagem acima faz referência ao princípio da(do):

- a) segurança jurídica;
- b) oficialidade;
- c) ampla defesa e do contraditório;
- d) devido processo legal;
- e) razoabilidade.

14. (FGV – 2024) Os princípios expressos e implícitos no ordenamento jurídico são de crucial relevância no estudo do Direito Administrativo. Dentre aqueles que resultam implícitos na Constituição da República, amplamente reconhecidos pela jurisprudência dos Tribunais Superiores, estão os seguintes:

- a) tutela da confiança e eficiência;
- b) impessoalidade e transparência;
- c) supremacia do interesse público e tutela da confiança;
- d) indisponibilidade do interesse público e publicidade;
- e) moralidade e supremacia do interesse público.

15. (FGV – 2024) Ao analisar a jurisprudência dos Tribunais Superiores, Stephanie observou que determinado princípio implícito na Constituição da República costuma ser invocado como fundamento para limitar a autotutela da Administração, inclusive nas hipóteses em que é admitida, ainda que excepcionalmente, a aplicação da teoria do fato consumado em matéria administrativa.

É correto afirmar que tal princípio é o da

- a) legalidade.
- b) publicidade.
- c) segurança jurídica.
- d) eficiência.
- e) probidade.

16. (FGV – 2024) O governador do Estado Beta publicou edital para concurso público para a contratação de 1000 professores de ensino médio, com prova a ser realizada 6 meses depois da publicação. No entanto, 1 mês após a publicação, em decorrência de tragédia com danos incalculáveis ocorrida no Estado, o governador optou pela revogação imediata do edital.

Com relação aos princípios constitucionais que orientam a atividade administrativa, é correto afirmar que a ação do governador tem relação com o princípio da

- a) publicidade.
- b) impessoalidade.
- c) autotutela.
- d) segurança jurídica.
- e) sindicância.

→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS

17. (FGV – 2025) O ato administrativo refere-se a uma categoria específica de atos praticados no exercício da função administrativa. Uma característica própria do ato administrativo é a de:

- a) Se tratar de uma manifestação implícita da vontade do Estado que não precisa ser exteriorizada.
- b) Produzir efeitos jurídicos imediatos e estar sempre sujeito a controle judicial.
- c) Sujeitar-se apenas ao regime de direito privado, sem as prerrogativas do poder público.
- d) Poder ser praticado apenas pelo Poder Executivo, excluindo os demais Poderes.
- e) Não estar sujeito à lei, pois possui natureza autônoma.

18. (FGV – 2024) 18) Ao estudar direito administrativo para concurso público, Elizabeth verificou que a doutrina administrativa distingue o ato administrativo do fato administrativo, de modo que concluiu, corretamente, que é exemplo desse último

- a) a sanção de demissão.
- b) a multa administrativa.
- c) a licença profissional.
- d) o Decreto editado para a fiel execução da lei.
- e) a desapropriação indireta.

→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS)

19. (FGV – 2025) Os atos administrativos podem apresentar vícios, sendo certo que, a depender dos elementos do ato sobre os quais recaiam, tais vícios podem ser considerados vícios sanáveis (passíveis de convalidação) ou vícios insanáveis.

Os elementos do ato administrativo apresentam vícios considerados insanáveis:

- a) competência e forma, caso o ato seja discricionário.
- b) forma e finalidade, na hipótese de ato discricionário.
- c) objeto e competência, exclusivamente para os atos vinculados.
- d) finalidade e motivo, tanto para os atos vinculados quanto para os discricionários.
- e) motivo e competência, apenas em relação aos atos vinculados.

20. (FGV – 2024) Existem elementos do ato administrativo que são vinculados, mesmo nas situações em que o ato é discricionário, de modo a viabilizar, inclusive, o controle jurisdicional de legalidade a ser exercido nesse último caso.

Entre tais elementos vinculados, destacam-se

- a) competência e finalidade.
- b) motivo e objeto.
- c) objeto e competência.
- d) finalidade e motivo.
- e) competência e motivo.

21. (FGV – 2024) Em decorrência de razões de interesse público, certa autoridade administrativa, no regular exercício de suas atribuições, promoveu a remoção do servidor Aurélio, calçada em critérios objetivos, válidos e idôneos à realização do ato, considerando, ainda, a premente necessidade de servidores na lotação de destino, mas não formalizou, prontamente, a devida motivação de tal ato.

Aurélio tem conhecimento de que não houve favoritismos ou perseguições, pois, de acordo com as regras estabelecidas, ele era, realmente, o servidor que poderia ser removido na aludida situação, mas está inconformado com o mencionado ato, pois estava satisfeito no local em que trabalhava, de modo que pretende suscitar que a ausência de justificativa caracteriza defeito insanável do ato administrativo.

Nesse contexto, a ausência de motivação na aludida remoção corresponde a vício no elemento:

- a) forma;
- b) motivo;
- c) objeto;
- d) competência;
- e) finalidade.

→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO

22. (FGV – 2024) Ao estudar as espécies de atos administrativos, Mariana deparou-se com a delimitação dos atos enunciativos, vindo a concluir corretamente que pode ser citado(a) como exemplo de tais atos:

- a) o deferimento de uma licença;
- b) o embargo de uma obra;
- c) a emissão de uma certidão;
- d) a publicação de um decreto;
- e) a edição de uma portaria.

23. (FGV – 2024) Os atos ordinatórios podem ser compreendidos como aqueles que são editados no exercício do poder hierárquico com o objetivo de disciplinar as relações internas da Administração Pública.